



EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA: Nº 004/2015 – UNEMAT

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 593808/2014

TIPO: MAIOR OFERTA.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: 20/07/2015.

HORÁRIO: 14:30 hs (Horário oficial de Mato Grosso).

LOCAL: Na Sede Administrativa da Unemat, localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 1.095, Bairro Cavalhada II, Cáceres/MT, CEP: 78.200-000 - Telefone: (65) 3221-0014.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO leva ao conhecimento dos interessados que, na forma do disposto na Lei nº 8.666/93 e alterações introduzidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, e demais legislações complementares à espécie, torna público que fará realizar Licitação na **Modalidade Concorrência Pública**, do tipo **MAIOR OFERTA**, mediante as condições estabelecidas neste edital.

OBJETO: CONCESSÃO DE USO DE ÁREA TOTAL, DE APROXIMADAMENTE 113,37 M² (CENTO E TREZE E TRINTA E SETE METROS QUADRADOS), PARA FINS DE CONCESSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO DE CANTINA/LANÇONETE UNIVERSITÁRIO, NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO JANE VANINI, EM CÁCERES/MT, CONFORME PROJETO BÁSICO E DEMAIS EXIGÊNCIAS.

Maiores informações e obtenção do Edital e anexos pelo site <http://www.unemat.br/licitacoes/> ou pelo telefone (65) 3221-0014.

Não havendo expediente na data acima fixada, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora independente de comunicação aos participantes.

1. DO OBJETO

1.1. Concessão de uso de área total, de aproximadamente 113,37 m² (cento e treze e trinta e sete metros quadrados), para fins de concessão de uso para exploração de cantina/lanchonete universitário, no Campus Universitário Jane Vanini, em Cáceres/MT, conforme Projeto Básico e demais exigências constantes deste edital.

2. DOS PARTICIPANTES

2.1. É condição de participação no presente certame que as empresas atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

2.1.1. Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas, especializadas no ramo do objeto, que atenderem a todas as exigências deste Edital e Anexo,

inclusive quanto à documentação, sendo vedada à participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto licitado.

2.1.2. Poderão participar desta licitação, as empresas cujas inscrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF - estiverem em plena validade, nos termos da Instrução Normativa/MARE Nº 5, de 21/07/95, as que apresentarem o Certificado expedido pelo Cadastro Geral de Fornecedores do Estado, que substituirá a documentação exigida ou que apresentem a habilitação jurídica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal, sendo assegurado o direito às empresas licitantes que não forem inscritas, em apresentarem a documentação exigida prevista na legislação geral (Lei nº8.666/93) para confirmar a sua habilitação, nos termos do item 8, deste edital.

2.1.3. A regularidade do cadastramento da licitante inscrita no SICAF será confirmada mediante diligência, e no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado os que apresentarem o respectivo Certificado de Regularidade, e os documentos de habilitação se a empresa licitante não for cadastrada em nenhum dos dois cadastros, serão conferidos tais documentos, no ato da abertura do envelope nº 2 (envelope de documentos de habilitação)

2.1.4. Para participar da presente CONCORRÊNCIA PÚBLICA, as licitantes que não estiverem cadastradas no Cadastro Geral de Fornecedores e que quiserem se cadastrar, deverão providenciar o seu Cadastramento, no mínimo, 3 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento da proposta.

2.1.5. As empresas que já estiverem cadastradas no SICAF ou no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, caso desejarem apresentar-se como cadastradas na SAD e estiverem com seu cadastro desatualizado, deverão providenciar a revalidação/atualização de documentos inerentes à documentação obrigatória, também no mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento da proposta junto a sua Unidade Cadastradora ou apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão da CONCORRÊNCIA PÚBLICA;

2.2. Sob pena de desclassificação ou inabilitação, os interessados em participar da presente concorrência pública que apresentarem cópias, deverão trazer, juntamente com essas, **os originais dos documentos**, caso as cópias não estejam autenticadas, a mesma poderá ser feita pelo (a) presidente (a), mediante comparação com as originais;

2.2.1. Só serão aceitas cópias legíveis.

2.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

b) em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

c) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública Direta ou Indireta, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal ou punida com suspensão pela Universidade do Estado de Mato Grosso, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF ou no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

d) estrangeiras que não funcionem no País;

e) Que mantenham em seu quadro de pessoal servidor de qualquer órgão vinculado a esta instituição, bem como à empresa da qual o servidor seja Gerente, Administrador, Sócio, dirigente ou responsável técnico, ratificando as restrições impostas pela legislação licitatória;

f) Sociedades Cooperativas.

2.3. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006)

2.3.1. A participação de micro empresa e empresa de pequeno porte se dará conforme preceituado na Lei Complementar nº 123/2006.

3. DOS ENVELOPES

3.1. Para participar na presente licitação os interessados deverão apresentar os documentos à Comissão Permanente de Licitação na data, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, em dois envelopes fechados, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres:

3.1.1. Envelope nº 001 – **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONCORRENCIA Nº 004/2015 - UNEMAT
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE

3.1.2. Envelope nº 002 - **PROPOSTA DE PREÇO**
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONCORRENCIA Nº 004/2015 - UNEMAT
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos para fins de habilitação, que deverão ser apresentados na sessão pública, inseridos no envelope 01, são os seguintes:

4.1.1. Para **empresas cadastradas**, que deverão ser apresentados, na sessão pública, são os seguintes:

a) Para as empresas inscritas no **Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso** - o Certificado de Inscrição, juntamente a Declaração de Atualização de Documentos, emitida pela Gerência de Cadastro da Superintendência de Patrimônio e Aquisições Governamentais da SAD/MT, em plena validade;

a.1. Alvará de funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal da sede do licitante.

a.2) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (conforme modelo: Anexo IV);

a.1.1) No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC nº 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

a.1.2) A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

a.3) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, inciso V, artigo 27 da Lei 8666/93 (conforme modelo anexo IV);

a.4) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo: Anexo IV).

a.5) Declaração que possui estrutura profissional adequada para o fornecimento dos materiais objeto da citada licitação e que tem disponibilidade para começar a fornecer tão logo seja assinado o contrato;

a.6) Declaração que os documentos que compõem o Edital foram colocados a minha disposição e tomei conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados e/ou entrega do objeto;

a.7) Declaração que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

a.8) Declaração que não foi suspensa para participar de licitações ou impedida de contratar pela Universidade do Estado de Mato Grosso;

a.9) Declaração da licitante de que vistoriou o local, em que seja consignada a ciência quanto as suas instalações físicas e eventuais equipamentos já existentes, devidamente atestada por servidor do Campus Universitário de Cáceres;

a.9.1) As visitas ao Campus Universitário de Cáceres – Cidade Universitária, deverão ser marcadas pelo telefone (65) 3221-0500 ou (65) 3221-0522 com a coordenação do Campus e será realizada de 2ª às 6ª feiras, em horário comercial e ser realizada pela empresa concorrente até 01 (um) dia antes da licitação para verificação das instalações;

b) Prova de inscrição, para as cadastradas no **SICAF**, e respectiva Prova de Regularidade, em plena validade e demais abaixo descritos. Caso não comprovem a regularidade, o (a) Presidente (a) poderá aplicar o disposto no item 3.1.2. Deste Edital;

b.1. Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;

b.2. Alvará de funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal da sede do licitante.

b.3. Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b.4) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (conforme modelo: Anexo IV);

b.4.1) No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC nº 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

b.4.2) A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

b.5) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, inciso V, artigo 27 da Lei 8666/93 (conforme modelo anexo IV);

b.6) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo: Anexo IV).

b.7) Declaração que possui estrutura profissional adequada para o fornecimento dos materiais objeto da citada licitação e que tem disponibilidade para começar a fornecer tão logo seja assinado o contrato;

b.8) Declaração que os documentos que compõem o Edital foram colocados a minha disposição e tomei conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados e/ou entrega do objeto;

b.9) Declaração que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

b.10) Declaração que não foi suspensa para participar de licitações ou impedida de contratar pela Universidade do Estado de Mato Grosso;

b.11) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), retirada no site da justiça do trabalho.

b.12) Declaração da licitante de que vistoriou o local, em que seja consignada a ciência quanto as suas instalações físicas e eventuais equipamentos já existentes, devidamente atestada por servidor do Campus Universitário de Cáceres;

b.12.1) As visitas ao Campus Universitário de Cáceres – Cidade Universitária, deverão ser marcadas pelo telefone (65) 3221-0500 ou (65) 3221-0522 com a coordenação do Campus e será realizada de 2ª às 6ª feiras, em horário comercial e ser realizada pela empresa concorrente até 01 (um) dia antes da licitação para verificação das instalações;

4.1.1.1. Relativos à Qualificação Técnica:

a) A empresa deverá apresentar **no mínimo 01 (um) Atestado** (s) de capacidade técnica, compatível ao objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo os atestados emitidos por pessoa jurídica privada estar com a firma reconhecida em cartório; (podendo ser diligenciados pelo Presidente os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado), (conforme modelo anexo VI).

4.1.2. As empresas licitantes **não cadastradas** deverão apresentar no Envelope nº 01 os seguintes documentos de habilitação, em plena validade:

4.1.2.1 - Relativos à Habilitação Jurídica:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b.1) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Alvará de funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal da sede do licitante.

4.1.2.2 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm
- b) Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND) da Fazenda Estadual, específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário;
- c) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;
 - c1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas “b” e “c”, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.
- d) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela prefeitura do respectivo domicílio tributário;
- e) Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a mesma pode ser retirada no site: www.caixa.gov.br;
- f) Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a mesma pode ser retirada no site: www.inss.gov.br;
- g) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- h) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), retirada no site da justiça do trabalho.

4.1.2.3 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do **ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI**, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

Observações: serão considerados aceitos como **na forma da lei** o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1) - as demonstrações contábeis a serem apresentadas são as Demonstrações de Resultado de Exercício e a Demonstração de Lucros e Prejuízos;

2) - sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

-publicados em Diário Oficial;

-publicados em jornal de grande circulação; ou

-por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

3) - sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

4) - sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": - acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou declaração simplificada do último imposto de renda.

5) - sociedade criada no exercício em curso:

-fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes;

6) - o balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constante do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

b) Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

c) A comprovação da boa situação financeira a que se refere à alínea "a", será feita através do cálculo dos seguintes índices, os quais deverão estar devidamente aplicados em memorial de cálculos, cujos resultados deverão ser = (igual) ou > (maior) que 1;

a) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

b) ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

c) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.1.2.4. Relativos à Qualificação Técnica:

a) A empresa deverá apresentar **no mínimo 01 (um) Atestado** (s) de capacidade técnica, compatível ao objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo os atestados emitidos por pessoa jurídica privada estar com a firma

reconhecida em cartório; (podendo ser diligenciados pelo Presidente os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado), (conforme modelo anexo VI).

4.1.3.1 – Documentação complementar para não cadastradas:

a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (conforme modelo anexo IV);

a.1) No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC nº 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

a.2) A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

b) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, inciso V, artigo 27 da Lei nº 8666/93 (conforme modelo anexo IV);

c) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo anexo IV);

d) Declaração que possui estrutura profissional adequada para o fornecimento dos materiais objeto da citada licitação e que tem disponibilidade para começar a fornecer tão logo seja assinado o contrato;

e) Declaração que os documentos que compõem o Edital foram colocados a minha disposição e tomei conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados e/ou entrega do objeto;

f) Declaração que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

g) Declaração que não foi suspensa para participar de licitações ou impedida de contratar pela Universidade do Estado de Mato Grosso;

h) Declaração da licitante de que vistoriou o local, em que seja consignada a ciência quanto as suas instalações físicas e eventuais equipamentos já existentes, devidamente atestada por servidor do Campus Universitário de Cáceres;

h.1) As visitas ao Campus Universitário de Cáceres – Cidade Universitária, deverão ser marcadas pelo telefone (65) 3221-0500 ou (65) 3221-0522 com a coordenação do Campus e será realizada de 2ª às 6ª feiras, em horário comercial e ser realizada pela empresa concorrente até 01 (um) dia antes da licitação para verificação das instalações;

4.2. Todas as licitantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 01, inclusive aquelas que se enquadram nas Condições do item 4.1.1, os documentos específicos para a participação nesta Concorrência Pública, devendo ser entregues numerados e de preferência seqüencialmente, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes:

4.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

4.3.1. Em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo:

- a)** se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b)** se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c)** serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- d)** os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

4.3.2. Datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura da sessão pública, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor:

- a)** não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade é indeterminada.

4.4. Deverão ser apresentadas juntamente com os documentos originais previstos neste Edital, as fotocópias dos mesmos, caso estas não estejam autenticadas, as mesmas poderão ser feitas pelo (a) Presidente (a) e pela equipe de apoio a partir do original, preferencialmente em momento anterior a Concorrência Pública, conforme citado no item 2.2.

4.5. Serão aceitas somente cópias legíveis;

4.6. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

4.7. O (A) Presidente (a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário;

4.8. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por qualquer servidor, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo (a) Presidente (a).

4.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

4.10. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observado ainda o disposto neste edital, o(a) Presidente(a) considerará o proponente inabilitado, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar nº123/2006.

4.11. Poderá o (a) Presidente (a) declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48 horas para a solução.

4.12. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o(a) Presidente(a) considerará o proponente inabilitado e manifestará nos termos da lei.

4.13. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e legislação vigente.

4.14. Qualquer manifestação em relação a presente licitação fica condicionada a apresentação, pelo representante da licitante, de documento de identificação e instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, e ainda, cópia do contrato social, em sendo sócio, dirigente, proprietário ou assemelhado da empresa;

4.15. O representante legal, no ato da entrega dos envelopes, deverá identificar-se, exibindo cédula de identidade oficial e a documentação que comprove sua condição;

4.16. A não apresentação dos documentos de credenciamento, se solicitados, ou a incorreção destes, não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se ou responder por aquela.

4.17. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante;

4.18. Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; e

4.19. Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

4.19.1. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.19.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND (INSS) e ao CRS (FGTS), quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

4.19.3. O(s) atestado(s) de capacidade técnica, poderá(ão) ser apresentado(s) tanto pela matriz como pela filial:

4.20. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006)

4.20.1. A participação de micro empresa e empresa de pequeno porte se dará conforme preceituado na Lei Complementar nº 123/2006.

5. DO ENVELOPE DE PROPOSTA

5.1. No envelope de proposta deverá conter os seguintes documentos, informações e declarações:

5.1.1. Número do CNPJ/MF;

5.1.2. Número de telefone de contato e fax;

5.1.3. Identificação conta bancária, nome, código, agência e número da conta;

5.1.4. A Proposta de Preços deverá conter os preços em algarismos e por extenso, em moeda nacional. Havendo divergência entre o preço unitário e o preço total do serviço ofertado, prevalecerá o primeiro, e entre o valor em algarismo e o por extenso, prevalecerá este último;

5.1.5. A proposta será em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas;

5.1.6. Assinada pelo REPRESENTANTE LEGAL;

5.1.7. Prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta;

5.1.8. Maior oferta mensal pela ocupação, cujo valor deverá ser de no mínimo **R\$ 1.910,28 (hum mil novecentos e dez reais e vinte e oito centavos)** mensais conforme parecer do engenheiro da SECID disposto nos autos, correspondendo ao valor anual de **R\$ 22.923,36 (vinte e dois mil novecentos e vinte e três e trinta e seis centavos)**, devendo ainda declarar que o valor que se dispõe a pagar já está livre da incidência de quaisquer eventuais taxas, custos, tributos ou despesas de qualquer tipo.

5.1.8.1. O concessionário vencedor do certame será isento do pagamento em 100% no mês de janeiro, e fevereiro em virtude do recesso geral da instituição que inviabiliza os serviços fornecidos;

5.1.8.2. O valor mensal mínimo a ser depositado será de **R\$ 1910,28 (hum mil novecentos e dez reais e vinte e oito centavos)**, mensal, totalizando **R\$ 22.923,36 (vinte e dois mil novecentos e vinte e três e trinta e seis centavos)** ao ano, correspondendo ao período de 11(onze) meses.

5.1.8.3. O pagamento referente ao período das férias do final de cada semestre letivo do calendário acadêmico será realizado no montante de 50 % (cinquenta por cento), ou seja, metade do valor mensal originário.

5.1.8.4. O valor do depósito poderá ser revertido em materiais de consumo para uso institucional, desde que haja conveniência para o Campus, autorizada expressamente por um dos dirigentes, mediante cotação de preços de mercado que confirmem a economicidade do valor dos produtos entregues, não excedendo o valor máximo de até 04 meses de aluguel;

5.1.8.5. O recolhimento mensal impreterivelmente até o dia 15 do mês subsequente através de Documento de Arrecadação DAR-Modelo 1 (Receita Própria Vinculada ao Estado) do valor referente ao aluguel das instalações.

5.1.9. No julgamento das propostas será considerada vencedora a licitante que apresentar o maior valor mensal para a concessão de uso, de acordo com o subitem 5.1.8;

6. DO TERMO DE CONCESSÃO DE USO

6.1. Concessionário sujeitar-se-á a todas as normas de segurança, impostas pela Administração, sob pena de caducidade da concessão;

6.2. O Termo de Concessão de Uso será extinto, ocorrendo as hipóteses previstas no Capítulo III Seção V da Lei nº 8.666/93;

6.3. A critério da Administração, será designado um executor para a fiscalização do serviço, de acordo com o Projeto Básico deste edital.

7 DO JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

7.1 O julgamento da habilitação dos interessados será feita à vista do exame dos documentos apresentados, abrindo-se vista às licitantes a fim de que juntamente com a Comissão rubriquem os documentos, de conformidade com o parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93.

7.2 Não será considerada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste Edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades previstas.

7.3 A Comissão de Licitação, após a abertura dos envelopes relativos à documentação de habilitação, poderá a seu critério exclusivo suspender a reunião afim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e/ou horário em que voltará a reunir-se com os interessados, ocasião em que será apresentado o resultado do julgamento da habilitação, ou publicará no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

7.4 Ocorrendo o caso previsto no item anterior, ou havendo interposição de recurso a Comissão e licitantes deverão rubricar os envelopes lacrados contendo as Propostas de Preços, que ficarão em poder da Comissão até que seja julgada a habilitação, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.5 O não comparecimento de qualquer licitante à nova reunião marcada para a abertura das propostas de preços, não impedirá que ela se realize.

7.6 Será lavrada a ata assinada por todos os membros da Comissão, ficando todos os documentos a disposição dos licitantes para exame.

7.7 Julgada a habilitação e estando presente todos os representantes legais da licitante, a Comissão poderá, na mesma reunião, proceder à abertura dos envelopes da proposta de preços dos habilitados, desde que tenha havido desistência expressa dos mesmos em interpor recurso, o que será consignado em ata, devolvendo à(s) empresa(s) inabilitada(s) o(s) envelope(s) de Proposta(s) de Preços. Na ausência do representante legal da empresa a Comissão suspenderá a reunião e intimará os ausentes, através de publicação no "DOE", sobre o resultado da habilitação na forma do artigo 109, § 1º da Lei 8.666/93.

7.8 No julgamento das propostas será levado em consideração o tipo de licitação, fixado no inciso IV, parágrafo 1º, art. 45, da Lei nº 8.666/93, qual seja, **MAIOR OFERTA**;

7.9 Serão desclassificadas as Propostas de Preços que:

7.9.1 Não atenderem às especificações e às exigências contidas neste edital;

7.9.2 As que contiverem ofertas de vantagens não previstas neste Edital;

8 CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 Será considerada vencedora a proposta da licitante que apresentar a **MAIOR OFERTA** mensal para a Concessão de Uso;

8.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados;

8.3 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá, a seu juízo, fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, na forma do § 3º do Artigo 48 da Lei nº 8.666/93.

9 DO CONTRATO

9.1 A Administração convocará a licitante vencedora para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, assinar o contrato, sob as condições deste ato e disposições legais pertinentes a Lei 8.666/93;

9.2 Fazem parte do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, independente de transcrição ou publicação, as disposições deste ato convocatório e seus anexos;

9.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, quando solicitado pela parte interessada, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, a critério da Administração;

9.4 O não cumprimento dos prazos estabelecidos sujeita a licitante vencedora às penalidades previstas na legislação pertinente;

9.5 A recusa injustificada em firmar o contrato dentro do prazo estabelecido, além de caracterizar o descumprimento total da obrigação assumida, autoriza a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado ou revogar a concorrência;

9.6 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

10 O PAGAMENTO

10.1 O concessionário pagará, mensalmente, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, a título de preço público, na forma da legislação vigente, o valor correspondente à sua proposta de preço, referente à utilização da dependência do imóvel respectivo, cujo pagamento só será confirmado mediante a apresentação dos comprovantes de regularidade com os encargos sociais previstos, em especial, dos empregados;

10.2 O pagamento será efetuado, exclusivamente, por meio de Documento de Arrecadação DAR-Modelo 1.

10.2.1. O DAR é gerado através do link "Documento de Arrecadação Própria" no site da UNEMAT (www.unemat.br). Receita de Aluguel: 6304; Sub-Receita de aluguel Cantina Campus Cáceres: 132014.

10.3 O pagamento poderá ser convertido em serviços prestados ao Campus Universitário Jane Vanini, para uso institucional, desde que haja conveniência para o Campus, mediante cotação de preços de mercado e confirmem a economicidade do valor dos produtos entregues, não excedendo o valor máximo de até 04 meses de aluguel.

10.4 Em atenção ao que prevê o art. 40 da Lei de Licitações, deverá ser reajustada cada parcela a contar da data do devido adimplemento até a data do efetivo pagamento.

10.5 Para a atualização prevista no item 16.15, a administração deverá utilizar-se dos índices constantes no IGPM da FGV ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência de substituto, pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada.

11 DAS OBRIGAÇÕES

11.1 DAS OBRIGAÇÕES DA UNEMAT:

11.1.1 Oferecer todos os elementos e demais informações de sua responsabilidade, necessários ao cumprimento de todas as obrigações contratuais, por parte da concessionária;

11.1.2 Cumprir todas as exigências do Projeto Básico, sob as penalidades descritas no item 12;

11.1.3 Nomear um preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

11.2.1 Horário de atendimento obrigatório durante os dias letivos:

11.2.1.1. Segunda a sexta-feira: 07:00 – 22:00h;

11.2.1.2 Domingos, Feriados e outros dias não letivos – conforme pedido da Diretoria Regional para atender excepcionalmente eventos e cursos específicos.

11.2.2 Fornecimento de uniformes, crachás de identificação e equipamentos de proteção individual aos funcionários.

11.2.3 Mural com quadro de preços com letra em tamanho visível e com os preços de todos os produtos fornecidos conforme tabela de produtos básicos.

11.2.4 Fiscalização através de servidor nomeado ou comissão de avaliação de serviços terceirizados;

11.2.5 Proibido vender qualquer tipo de bebidas alcoólicas, mesmo quando o evento solicitar.

11.2.6 Proibido sub-locação e transferência, ainda que parcial, das responsabilidades dos produtos e serviços oferecidos.

11.2.7 Manter obrigações trabalhista (FGTS, INSS, e outros recolhimentos) e fiscais (impostos estaduais, federais e municipais) rigorosamente quitadas.

11.2.8 Apresentar mapa distributivo dos equipamentos na área do restaurante.

11.2.9 Seguir as normas sanitárias necessárias para o bom funcionamento do estabelecimento.

11.2.10 Apresentar alvará de funcionamento e alvará sanitário.

11.2.11 Instalar placas indicativas de que os serviços prestados são terceirizados.

12 AS PENALIDADES

12.2 Caso haja inexecução total ou parcial do objeto licitado, atraso de execução ou qualquer outra inadimplência Contratual, a Contratada ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa;

12.2.1 Advertência;

12.2.2 Multa percentual sobre o valor do contrato, no molde previsto no ato convocatório;

12.2.3 Suspensão do direito de licitar e contratar com a Universidade do Estado de Mato Grosso;

12.2.4 Declaração de inidoneidade para participar de licitação ou contratar, no âmbito do complexo administrativo do Estado de Mato Grosso.

12.1.4.1 A sanção prevista no item 12.1.4, é facultado o prazo de defesa de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

12.3 Incorrerá nas penas dos itens 12.1.3 e 12.1.4, o Licitante que:

12.3.1 Para participar da licitação, ou em qualquer fase deste, apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

12.3.2 Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

12.4 Se o adjudicatário recusar-se a assinar o contrato, ou a receber o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação, será ele considerado inadimplente sujeito à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, motivando, com isso, o seu cancelamento;

12.5 As penalidades estabelecidas nos subítemos 12.1.1., 12.1.3. e 12.1.4., poderão ser aplicadas cumulativamente com o item 12.1.2., podendo o interessado postular defesa prévia do mesmo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. As sanções serão aplicadas pelo Assessor de Licitações da UNEMAT;

12.6 Por atraso injustificado:

12.6.1 Incidirá sobre o valor do objeto contratual a multa de 01 (um por cento) ao dia, até o décimo quinto dia de atraso, se o contratado, sem justo motivo, deixar de cumprir a obrigação assumida;

12.6.2 Se decorridos mais de 15 (quinze) dias de atraso no cumprimento das obrigações, caracterizar-se-á a inexecução das obrigações, com motivo para rescisão do contrato, além da sanção prevista no item 12.5.1.

12.7 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato por infração a cláusula contratual que não gere inexecução do contrato;

12.8 A declaração de inidoneidade ocorrerá quando o adjudicatário, sem motivo justo, não cumprir a obrigação assumida, praticando, a juízo da administração, falta grave revestida de dolo;

12.9 As demais sanções previstas e não embutidas neste ato convocatório poderão ser aplicadas pela Administração, desde que sejam corroboradas com "sanctio juris" da Lei nº 8.666/93, e alterações;

12.10 Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o procedimento disposto na Lei 8.666/93.

12.11 A contratada estará sujeita à pena de suspensão do direito de licitar com a UNEMAT, sem prejuízo de outras sanções, sendo facultada defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

12.12 Fica a critério do titular promotor da licitação, se resultar grave prejuízo à administração por inadimplência do contrato, suspender o seu direito de licitar ou contratar com o Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 02 (dois) anos;

12.13 As multas e outras penalidades aplicadas, somente poderão ser relevadas nos casos de justa causa, devidamente comprovadas, a critério da Administração.

13 DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

13.2 O contrato poderá ser rescindido, a critério da Administração, conforme dispõe os Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

14 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÃO E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

14.2 O recurso e a impugnação serão dirigidos a Autoridade Superior, por intermédio da Comissão, nos prazos dos Artigos 109 e 41 da Lei 8.666/93, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05

(cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir, devidamente informados, à autoridade superior, que proferirá sua decisão no quinquídio subsequente ao recebimento;

14.3 Somente poderá recorrer ou impugnar edital ou interpor recurso, ter vista dos autos ou requerer certidões, o representante legal, mandatário constituído ou pessoa expressamente credenciada pela licitante;

14.4 Os recursos interpostos contra atos praticados pela Comissão de Licitação quando da habilitação ou inabilitação dos licitantes, assim como do julgamento das propostas, terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos, conforme disposto no Art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo ser entregues contra recibo na Sala da Comissão de Licitação na Sede Administrativa da UNEMAT ou Coordenação do Campus Universitário do Juara, e conter obrigatoriamente, sob pena de não serem conhecidos:

14.4.1 Nome e endereço da licitante, data e assinatura, esta com a menção do cargo e nome do signatário;

14.4.2 Objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

14.4.3 Fundamentação do pedido;

14.4.4 Instrumento público ou particular de Procuração ou Contrato Social, que credencie o peticionário.

14.5 Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará na Sede Administrativa da Unemat, situada na Av. Tancredo Neves 1095 – Cavahada, em Cáceres-MT, aos cuidados da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, onde as licitantes poderão ter vista dos autos;

14.6 Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

14.7 Decidido o recurso, a Comissão dará conhecimento às licitantes, através de aviso publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;

14.8 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;

14.9 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido na Sede Administrativa da Unemat, situada na Av. Tancredo Neves 1095 – Cavahada, em Cáceres-MT, ou no Campus Universitário de Juara até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação devendo a Administração julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no parágrafo primeiro do Art. 113 da mesma Lei;

14.10 Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o 2º dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação e tendo-os aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.11 Decidido o recurso, a Comissão dará conhecimento às licitantes, através de aviso publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

15 DISPOSIÇÕES GERAIS

15.2 Fica assegurado à Administração, a seu critério exclusivo e interesse, respeitado o direito de recursos das licitantes:

15.2.1 Adiar a data de recebimento dos envelopes e abertura previstas no preâmbulo deste ato, dando ciência aos interessados através de publicação em órgão oficial e divulgação no quadro de avisos da UNEMAT;

15.2.2 Anular ou revogar a presente licitação, a qualquer tempo, no todo ou em parte e de acordo com a legislação vigente, dando-se ciência aos interessados.

15.3 Até a data da publicação do contrato ou entrega do instrumento equivalente, a Administração poderá desclassificar a empresa vencedora, se vier a ter conhecimento de ato ou fato de superveniente que a desabone ou comprometa a execução do contrato, adjudicando a outro participante, observada a ordem de classificação, ou realizar nova licitação;

15.4 Fica eleito o foro de Cáceres - MT, para dirimir qualquer dúvida sobre a presente Licitação;

15.5 Todos os atos relacionados ao presente certame serão divulgados, aos licitantes e demais interessados, através de publicações no D.O.E, como meio oficial de comunicação, eximindo-se a Comissão da obrigatoriedade de intimar pessoalmente os licitantes quanto aos atos de interesse geral;

15.6 Independente de declaração expressa, a apresentação da Proposta implica em aceitação plena e total das condições e exigências do presente Edital;

15.7 Dados da UNEMAT – **Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso**

C.N.P.J. (MF) : 01.367.770/0001-30

Fac-símile : (065) 3221 0099

C.E.P : 78.200-000

Telefone : (065) 3221 0002.

Endereço : Avenida Tancredo Neves nº 1.095, Cavalhada III, Cáceres-MT.

15.8 Fazem parte deste ato convocatório:

15.8.1 ANEXO I: Modelo de Proposta;

15.8.2 ANEXO II: Projeto Básico;

15.8.3 ANEXO III: Declaração de Fato Superveniente, Cumprimento Da Legislação Trabalhista de Menores, não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos;

15.8.4 ANEXO IV: Atestado de Capacidade Técnica;

15.8.5 ANEXO V: Declaração de Visita Técnica;

15.8.6 ANEXO VI: Modelo da Declaração para ME e EPP;

15.8.7 ANEXO VII: Termo Padrão de Contrato.

Cáceres-MT, 11 de junho de 2014.

Samuel Longo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA **Formulário Proposta de Preços**

Licitação: Nº 004/2015. **Modalidade:** CONCORRENCIA. **Tipo:** MAIOR OFERTA

Licitante: _____ **C.N.P.J.:** _____

Tel Fax: (_____) _____ **E-mail:** _____

Tel Celular:(_____) _____ **Endereço:** _____

Valor Total da Proposta: R\$ _____ (valor por extenso) correspondendo ao valor de 12 (doze meses) a título de concessão de uso remunerado, para a Universidade do Estado Mato Grosso, O pagamento será efetuado, mensalmente no valor de R\$ _____ (valor por extenso), exclusivamente por meio de Documento de Arrecadação DAR-Modelo 1 Receita de Aluguel: 6304; Sub-receita de aluguel Cantina Campus Cáceres: 132014.

Declaramos que o valor dos serviços que dispomos a pagar já estão livres da incidência de quaisquer eventuais taxas, custos, tributos ou despesas de qualquer tipo.

Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele Indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de _____ dias.

Cidade-UF, _____, _____ DE 2015.

CARIMBO E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CPF: _____

ANEXO II

DO PROJETO BÁSICO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES



Missão da UNEMAT: "Garantir a produção e a difusão do conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento sustentado."

1 – ÓRGÃO: UNEMAT – Campus Universitário de Cáceres

2. TERMO DE REFERÊNCIA Nº: 098/2014 - CAC

3 – CATEGORIA DE INVESTIMENTO: Concessão de Exploração de uso da Lanchonete e Restaurante Universitário do Campus de Cáceres – Cavalhada.

<p>4 – Área Demandante:</p> <p>Campus Universitário de Cáceres.</p>
<p>5 – Objeto:</p> <p>Concessão de uso para exploração de Cantina e Lanchonete Universitária, com área 113,37m² no Campus Universitário de Cáceres – Bairro Cavalhada.</p>
<p>6 – Orçamento:</p> <p>Órgão: 26.201 Projeto Atividade: 2007 Elemento de Despesa: 3390.30; 3390.39; 4490.52 Fonte: 240 Valor Mínimo de Repasse Anual Orçado: <u>R\$ 18.365,90</u></p>
<p>7 – Justificativa:</p> <p>O Campus de Cáceres atende em média 4.000 alunos estudantes dos cursos de graduação e Pós-Graduação oferecidos em modalidade regular, contemplando alunos que se deslocam diariamente das cidades circunvizinhas além de alunos que se mudam provisoriamente para a cidade de Cáceres. Além dessa demanda, existem ainda os acadêmicos residentes na própria cidade que adquirem os produtos movidos pela comodidade e rapidez de comprá-los sem ter que se deslocar para fora da universidade.</p> <p>Salientamos ainda que são ofertados anualmente diversos cursos de capacitação que atendem em média 3000 pessoas por semestre, bem como os eventos realizados nos Auditórios dos Blocos A e B e Edival dos Reis na Cidade Universitária, além dos cursos de Agronomia, Educação Física e Medicina de Graduação e as Pós-graduações em Ciências Ambientais, Educação, Linguística e Genética.</p> <p>Reiteramos ainda que a Lanchonete universitária atenderá uma demanda média de aproximadamente 50 refeições por dia, atendendo além da população acadêmica a população externa.</p> <p>Para garantir maior conforto e integração com o ambiente acadêmico, faz-se imprescindível que serviços como o fornecimento de lanches e alimentos sejam ofertados para essa população que desenvolve tamanho esforço para buscar sua formação profissional, bem como atendimento aos cursos e eventos realizados no Campus de Cáceres.</p>



8 – Resultados esperados:

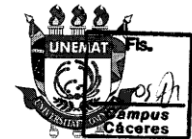
- Fornecimento lanches, salgados e alimentos de qualidade, com preços acessíveis aos universitários, evitando que os acadêmicos tenham que se deslocar fora da Universidade para realizar suas refeições durante o período letivo;
- Suporte à eventos e cursos ofertados pelo Campus;
- Suporte na urbanização e ambientalização dos espaços do Campus de Cáceres.

9 – Exigências:

- Horário de atendimento obrigatório durante os dias letivos:
 - Segunda a sexta-feira: 12 horas de atendimento diário compreendido entre o período de 06:00h - 22:00h.
 - Sábados letivos: 07:00h – 11:00h
 - Domingos, Feriados e outros dias não letivos – conforme pedido da Diretoria Regional para atender excepcionalmente eventos e cursos específicos.
- Fornecimento de uniformes, crachás de identificação e equipamentos de proteção individual aos funcionários;
- Mural com quadro de preços com letra em tamanho visível e com os preços de todos os produtos fornecidos conforme tabela de produtos básicos;
- Fornecimento obrigatório de 50% (cinquenta por cento) do cardápio básico para lanches, refeições e bebidas, conforme item 12 deste termo, em caráter permanente ou rotativo dos itens, com os valores informados nesta tabela, podendo corrigir anualmente a tabela pelo índice de inflação que for utilizado para corrigir o contrato de concessão.
- A rotatividade dos itens do cardápio básico não poderá fornecer menos que 50% dos itens discriminados na tabela, em cada categoria de alimentos, exceto para o almoço;
- Seguir as características mínimas de equipamentos e produtos listados no item 12;
- Fiscalização através de servidor nomeado ou comissão de avaliação de serviços terceirizados;
- Proibido vender qualquer tipo de bebida alcoólica, mesmo quando o evento solicitar;
- Proibido sub-locação e transferência, ainda que parcial, das responsabilidades dos produtos e serviços oferecidos;
- Manter obrigações trabalhistas (FGTS, INSS e outros recolhimentos) e fiscais (impostos estaduais, federais e municipais) rigorosamente quitadas.
- Seguir as normas sanitárias necessárias para o bom funcionamento do estabelecimento.
- Apresentar alvará de Funcionamento e Alvará Sanitário.
- Arcar com as despesas de Energia Elétrica e Água. Após firmar o contrato a empresa tem 30 dias para providenciar a transferência de titularidade das contas e faturas nas concessionárias de água e energia.
- Vistoria técnica pela empresa participante até 01 semana antes da licitação para verificação das instalações;

10 – Benefícios:

- Fornecimento da planta baixa das instalações;
- Área de 113,37 m² já construída para a lanchonete com cozinha (vide anexo I);



11 – Período:

- 12 meses, podendo ser prorrogado até limite de 60 meses contínuos, conforme legislação vigente.
- O início dos serviços será em 02 de fevereiro de 2015;

12 – Características:

- Considera-se como critério fundamental para classificação da empresa vencedora a seguinte combinação:
 1. A oferta do maior valor do aluguel que esta se dispuser a pagar mantendo as características mínimas aqui relacionadas;
 2. O menor valor a ser cobrado nas refeições, dentro das características informadas;

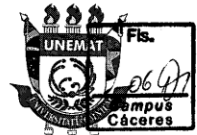
12.1 - Equipamentos mínimos que devem conter nas instalações:

- 01 máquina para servir sucos;
- 01 geladeira de, no mínimo, 300 litros;
- 01 freezer médio para sorvetes e congelados;
- 01 fogão industrial ou semi-industrial;
- 01 liquidificador industrial ou semi-industrial;
- 01 forno micro-ondas;
- 01 aparelho repelente de insetos
- 01 estufa para salgados;
- 01 estufa para doces;
- 01 balcão refrigerado transparente;
- 01 Lixeira de Coleta Seletiva;
- Balcão para servir as refeições
- 10 Jogos de Mesa com 04 cadeiras cada um com material plástico resistente.

12.2 - Cardápio básico:

12.2.1 - Salgados:

ITENS	TIPO DE REFEIÇÃO (ALIMENTO)	PESO MÍNIMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
01	Pastel de carne	80 gr.	2,00
02	Pastel de frango	80 gr.	2,00
03	Pastel de forno de carne	80 gr.	2,25
04	Pastel de forno de frango	80 gr.	2,25
05	Risólis de carne	100 gr.	2,25
06	Risólis de frango	100 gr.	2,25
07	Esfirra de Carne	100 gr.	2,25
08	Esfirra de Frango	100 gr.	2,25
09	Empada de frango	100 gr.	2,50
10	Kibe	100 gr.	2,00



Missão da UNEMAT: "Garantir a produção e a difusão do conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento sustentado."

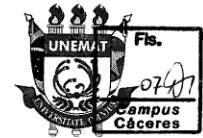
11	Coxinha de Carne	100 gr.	2,25
12	Coxinha de Frango	100 gr.	2,25
13	Fatia de pizza – qualquer cobertura	¼ tam. peq.	2,25
14	Fatia de empadão de carne	120 gr.	2,50
15	Fatia de empadão de frango	120 gr.	2,50
16	Fatia de torta salgada de carne	150 gr.	2,50
17	Fatia de torta salgada de frango	150 gr.	2,50
18	Pão de queijo	80 gr.	2,00
19	Calzone – qualquer recheio	80 gr.	2,25
20	Outros salgadinhos	100 gr.	2,00

12.2.2 - DOCES:

ITENS	TIPO DE REFEIÇÃO (ALIMENTO)	PESO MÍNIMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
21	Fatia de torta de morango	150 gr.	3,00
22	Fatia de torta Mineira	150 gr.	3,00
23	Fatia de torta Mesclada	150 gr.	3,00
24	Outras tortas	150 gr.	3,00
25	Fatia de bolo inglês	130 gr.	2,00
26	Fatia de bolo de cenoura	130 gr.	2,00
27	Fatia de nega maluca	130 gr.	2,00
28	Fatia de bolo de laranja	130 gr.	2,00
29	Fatia de pudim de leite	150 gr.	2,00
SANDUÍCHES			
30	Misto frio – pão fatiado	150 gr.	3,00
31	Misto quente – pão fatiado	150 gr.	3,00
32	Sanduiche natural de frango	100 gr.	3,50
33	Sanduiche natural de atum	100 gr.	4,00
34	Sanduiche natural de legumes	100 gr.	3,50

12.2.3 - BEBIDAS

ITENS	TIPO DE REFEIÇÃO (ALIMENTO)	PESO MÍNIMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
35	Refrigerante em lata	350ml	2,00
36	Refrigerante em garrafa de vidro	290ml	1,00
37	Refrigerante em garrafa de vidro	1.000ml	2,00
38	Refrigerante em garrafa pet	2.000ml	4,50
39	Vitamina copo – uma fruta	300ml	3,00
40	Vitamina copo – mista	300ml	3,00
41	Vitamina copo – morango	300ml	3,00
42	Suco de laranja copo	300ml	2,25
43	Sorvete (no verão)	300ml	1,50



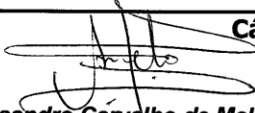
13 – Local da entrega dos materiais:

Universidade do Estado de Mato Grosso – Cidade Universitária em Cáceres. Av. Santos Dumont, SN Bairro DNER – Cáceres - MT.

14 – Pagamentos/Contrapartida da Concessão

- Recolhimento mensal impreterivelmente até o dia 15 do mês subsequente através de Documento de Arrecadação DAR-Modelo 1 (Receita Própria Vinculada ao Estado) do valor referente ao aluguel das instalações.
- Não será realizado pagamento no mês de janeiro em virtude do recesso geral da instituição que inviabiliza os serviços fornecidos;
- O pagamento referente ao período das férias do final de cada semestre letivo do calendário acadêmico será realizado no montante de 50% do valor mensal;
- O valor mensal mínimo a ser depositado será de **R\$ 1.836,59**, totalizando **R\$ R\$ 18.365,90 no ano (09 meses + 50% de 02 meses)**, conforme laudo de avaliação do imóvel (anexo II).
- O valor do depósito poderá ser revertido em materiais de consumo para uso institucional, desde que haja conveniência para o Campus, autorizado expressamente por um dos dirigentes, mediante cotação de preços de mercado que confirmem a economicidade do valor dos produtos entregues, não excedendo o valor máximo de até 04 meses de aluguel.

Cáceres, 24 de Outubro de 2014.


Alessandro Carvalho de Melo
Diretor Administrativo
UNEMAT - Campus de Cáceres

Autorizo o procedimento legal cabível para **Concessão de uso para exploração da Cantina e Lanchonete Universitária, com 113,37 m² de área para lanchonete/cozinha**, constante neste termo de referência e anexos.

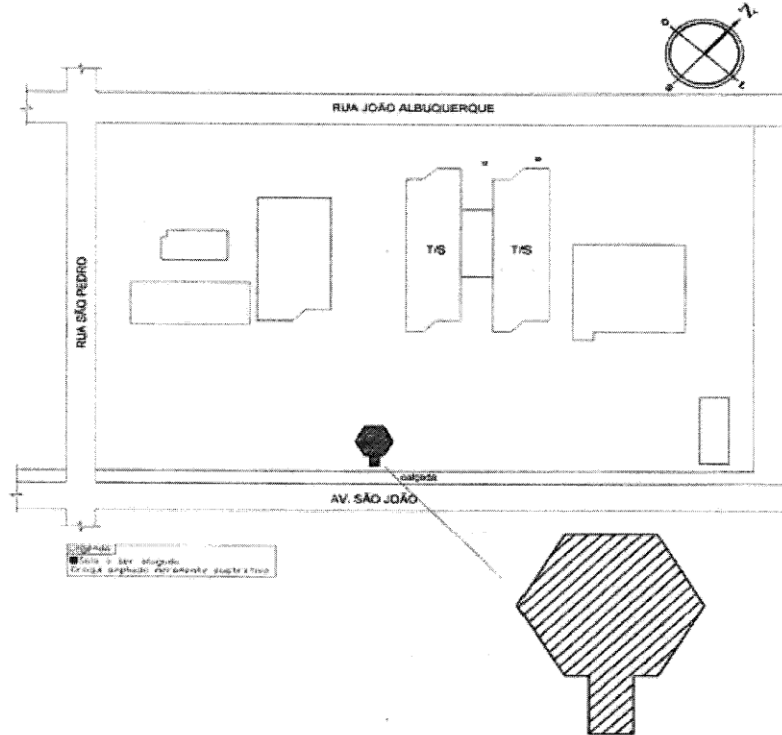

Prof. Dr. Anderson Marques do Amaral
Diretor Político/Pedagógico
UNEMAT – Campus de Cáceres



Missão da UNEMAT: "Garantir a produção e a difusão do conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento sustentado."

Anexo I

Planta das instalações da Cantina e Lanchonete

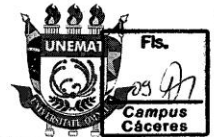


PLANTA IMPLANTAÇÃO
Escala: 1:500

				GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Estado de Mato Grosso		An. São João Bom Jardim Cáceres - MT		Coord. Geográficas 16°03'48,9" S 57°59'48,2" W	
CIRCULO DE LOCALIZAÇÃO - LAUDO 02 / 2012 - SAOP		Área Construída: 113,31 m ²		Área Total: 113,31 m ²	
UNEMAT de Cáceres - MT		Emmanuel Maia		<i>Emmanuel Maia</i> Eng. Rosevel Alves Filho Coord. de Avaliação de Imóveis CREA 1200781154 Mat. 25840 SAOP/CIDADES	
11/05/2012		Aval. 2012			
Mato Grosso		Cáceres		01/01	



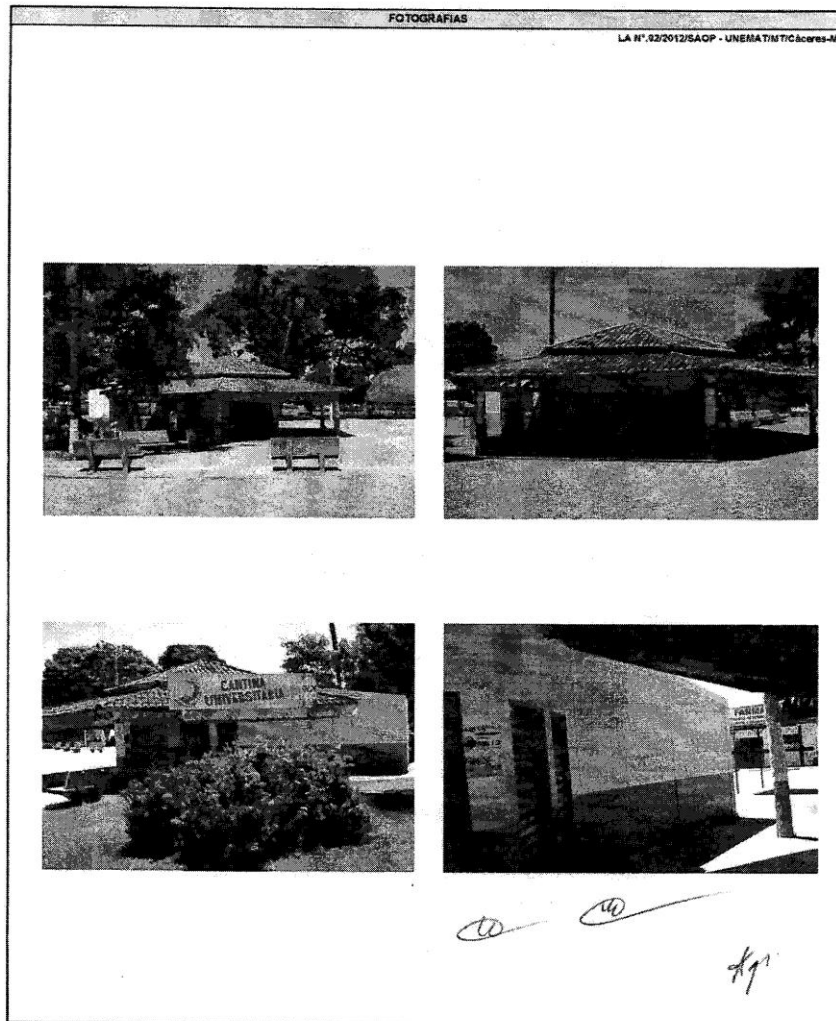
ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES



Missão da UNEMAT: "Garantir a produção e a difusão do conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento sustentado."



Secretaria de Estado das Cidades
Secretaria Adjunta de Obras Públicas
Superintendência de Fiscalização de Obras
COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS



CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - RUA J - SETOR A - S/Nº - EDIFÍCIO EDGAR PRADO ARZE
CEP: 78 065-971 - CUIABÁ - MT - FONE: XX: 65-3613-6600
COAF: 3813-6723 / coaf@acidmt@gmail.com

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) -----, CNPJ Nº -----, sediada na Rua -----
-----, nº -----, bairro, -----, CEP----- Município -----,
por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Concorrência Pública Nº 004/2015 - UNEMAT, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- inexistência do fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93;

No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC nº 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

- não possuo em meu quadro de pessoal empregados(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

- não possuo em meu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90),

- que possuo estrutura profissional adequada para o fornecimento dos materiais objeto da citada licitação e que tem disponibilidade para começar a fornecer tão logo seja assinado o contrato;

- os documentos que compõem o Edital foram colocados a minha disposição e tomei conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados e/ou entrega do objeto;

- não fui declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

- não fui suspensa para participar de licitações ou impedida de contratar pela Universidade do Estado de Mato Grosso;

Obs.: No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz*.

Local _____ / _____ / _____
Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da Empresa

Obs.: A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, acompanhada de documentos que confere poderes para firmar esta Declaração.

*** Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**

ANEXO IV

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Timbre/logomarca da Pessoa Jurídica Emitente)

_____ atesta para os devidos fins que a Empresa _____, com sede na _____, forneceu/fornece os produtos abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

Relação dos produtos fornecidos:
(Especificar produtos fornecidos)

Local e Data

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica emitente deste atestado e sua assinatura)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE VISITA

(Nome da Empresa) -----, CNPJ Nº -----,

sediada na Rua -----, nº -----, bairro, -----, CEP-----
----- Município -----, por seu representante legal abaixo assinado, em
cumprimento ao solicitado no Edital de Concorrência Nº **004/2015 - UNEMAT**, DECLARA, que
esteve nos locais da execução dos serviços na Universidade do Estado de Mato Grosso,
Campus Universitário Jane Vanini, em Cáceres/MT, e tomou conhecimento das dificuldades
que os mesmos possam oferecer para sua perfeita execução, bem como conferiu todos os
detalhes dos materiais a serem instalados, projeto básico, instalações, medidas e quantitativos
apresentados constantes do Edital e anexos.

Cáceres-MT, ____ de _____ de 2014.

Local, ____/____/____

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

ASSINATURA PELO RESPONSÁVEL DO ORGÃO VISITADO:

ANEXO – VI

Modelo da Declaração para ME e EPP (Empregador Pessoa Jurídica)
(Papel timbrado da empresa)

A

UNEMAT

Ref : EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

Nº 004/2015-UNEMAT: TIPO MAIOR OFERTA

(Nome da Empresa) -----, CNPJ Nº -----
-----, sediada na Rua -----, nº -----, bairro, -----,
CEP----- - Município -----, por seu representante legal abaixo assinado,
em cumprimento ao solicitado no Edital de Concorrência Pública **Nº 004/2015-UNEMAT**,
DECLARA, sob as penas da lei, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no
§ 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Local, ____/____/____

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa

ANEXO VII - Minuta do Contrato Administrativo - UNEMAT

MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO REAL DE USO ONEROSA Nº ___/___
UNEMAT

Termo de contrato administrativo de concessão de uso oneroso que entre si celebram a Universidade do Estado de Mato Grosso e a _____, para concessão de uso de parte ideal de imóvel correspondente com área total de 113,37 m² para exploração como cantina para atender os universitários e funcionários do Campus Universitário da UNEMAT em Cáceres/MT.

Pelo presente instrumento de contrato de concessão real de uso oneroso, onde a **UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**, criada sob a forma de Fundação através da Lei Complementar nº 030, de 15 de Dezembro de 1990, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.367.770/0001-30, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 1095, Bairro Cavalhada III, na cidade de Cáceres - MT, neste ato, representada pelo seu Magnífico Reitor, Prof. Dr. **DIONEI JOSE DA SILVA**, brasileiro, casado, funcionário público estadual, portador da C.I. nº 1.689.368 SSP/GO e do CPF nº 508.883.231-15, residente e domiciliado na cidade de Cáceres/MT, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a empresa _____, estabelecida na _____, CNPJ/MF n. _____, com endereço sede localizado na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP nº _____, neste ato representado pelo Sr. (a) _____, portador da C.I. nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado na cidade de Tangará da Serra/MT, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, resolvem celebrar o presente contrato de concessão real de uso oneroso para concessão de área total, de aproximadamente 113,37m² (cento e quarenta e quatro metros quadrados), para fins de exploração da lanchonete e restaurante, no Campus Universitário de Cáceres em Cáceres - MT, por meio de **concorrência pública n. _____ - UNEMAT**, homologado em _____, mediante sujeição mútua à Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

1.1. Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, os documentos que compõem o processo nº 593808/2014 – UNEMAT, a concorrência pública nº _____ - UNEMAT e a proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente termo de contrato tem por objeto concessão real de uso onerosa de imóvel com área total de 113,37m² de área construída para fins de exploração como lanchonete e restaurante no Campus Universitário de Cáceres, em Cáceres/MT, na forma deste contrato e da proposta apresentada.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato para iniciar o atendimento ao público na lanchonete.

CLÁUSULA TERCEIRA - **DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

- a) Oferecer todos os elementos e demais informações de sua responsabilidade, necessários ao cumprimento de todas as obrigações contratuais, por parte da concessionária;
- b) Cumprir todas as exigências do Projeto Básico, sob as penalidades descritas no item 12 do Termo de referência;
- c) Nomear um Fiscal para representá-la e fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – **DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

- a) Horário de atendimento obrigatório nos dias letivos:
Segunda a sexta-feira: das 06:00 h às 22:00 h.
Sábados: 07:00h às 11:00h, podendo ser alterada conforme conveniência do Cedente.
Domingos, Feriados e outros dias não letivos – conforme pedido da Diretoria Regional para atender excepcionalmente eventos e cursos específicos.
- b) Manter tabela de preços, aprovada previamente pela comissão de fiscalização, exposta em lugar visível, no interior da lanchonete, devendo submeter-se aos preços nela fixados;
- c) Manter em ótimo estado de conservação os bens de sua propriedade e as instalações elétricas e hidráulica, disponibilizada pelo Cedente, arcada com a manutenção periódica e preventiva dos mesmos;
- d) Manter a cozinha em perfeito estado de higiene e limpeza;
- e) Manter às suas custas, gás, material de limpeza e manutenção, nas dependências da lanchonete;
- f) Responsabilizar-se, integralmente, perante seus fornecedores e clientes, por ocasião de suas compras e vendas;
- g) Assegurar que os produtos comercializados tenham tamanho, porção e peso idênticos ou maiores aos existentes no mercado, nunca inferior;
- h) Quando comunicado com antecedência pela Diretoria do Campus, por motivo de conveniência administrativa, a lanchonete deverá permanecer aberta até o horário estipulado pela Diretoria do Campus, para atendimento que se fizerem necessários a área de alimentação;
- i) Não suspender o funcionamento dos serviços da lanchonete sem prévia autorização da comissão especial de fiscalização, com endosso do Diretor Administrativo do Campus. O fechamento da lanchonete deverá ocorrer somente 2 (dois) dias após a normalização da autorização.
- j) Não promover ou permitir em suas instalações qualquer outro tipo de comércio a não ser os concernentes aos alimentos;
- k) Facilitar todas as atividades de fiscalização do Fiscal responsável ou de pessoas designadas pela Diretoria do Campus;
- l) Promover a lanchonete de móveis, equipamentos, louças e talheres necessários para o seu bom funcionamento;
- m) Facilitar todas as informações e elementos necessários, sempre que o Fiscal solicitar;
- n) Encaminhar, por escrito, quaisquer reclamações sobre o comportamento do Fiscal, no que se refere ao seu comportamento à Diretoria do Campus;

- o) Responsabilizar-se pela limpeza e dedetização do local, como também, do esgoto e demais encargos sociais do pessoal por ele empregado;
- p) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da contratação;
- q) Fornecer, instalar e manter, às suas custas, móveis, equipamentos, eletrodomésticos e utensílios, não disponibilizados pelo Cedente e relacionados no Anexo do Edital e de outros que forem necessários ao funcionamento da lanchonete.
- r) Proibida a venda de qualquer tipo de bebida alcoólica;
- s) Manter funcionários com registro em carteira de trabalho atendendo a todas as normas trabalhistas, assim como equipamentos de proteção individual e coletiva no sentido de mitigar qualquer risco de acidente de trabalho;
- t) Proibida a transferência, ainda que parcial, das responsabilidades dos produtos e serviços oferecidos;
- u) O local da manipulação e preparo deve estar em conformidade com a legislação sanitária, especificamente – Resolução da ANVISA - RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004. A comida deverá ser preparada em outro ambiente ideal de acordo com a resolução apontada e observadas todas as boas praticas de fabricação;
- v) Manter obrigações trabalhistas (FGTS, INSS e outros recolhimentos) e fiscais (impostos estaduais, federais e municipais) rigorosamente quitadas;
- w) Apresentar mapa distributivo dos equipamentos na área do restaurante;
- x) Seguir as normas sanitárias necessárias para o bom funcionamento do estabelecimento;
- y) Apresentar alvará de funcionamento e alvará sanitário;
- z) No julgamento das propostas será considerada vencedora a licitante que apresentar o maior valor mensal para a concessão de uso, de acordo com o subitem 7.8 do edital da licitação.
- aa) Instalar placas indicativas de que os serviços prestados são terceirizados.
- bb) Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

5.1. Será designado, pela contratante, o servidor _____, lotado no Campus de Cáceres/MT, matrícula nº _____, Portaria _____, para exercer a fiscalização do evento e sua execução, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à contratada o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da contratante ou terceiros ligados aos serviços.

- a) O exercício da fiscalização pela contratante não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da Contratada.

5.2 As atribuições da fiscal do contrato, que deve conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação, sanando qualquer dúvida com os demais setores competentes da contratante para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas:

- a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
- b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;
- c) determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, a expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

d) rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos verificando a existência de possível subcontratação, vedada contratualmente, por exemplo;

g) acompanhar os pagamentos efetuados a concedente, verificando a conservação do prédio utilizado;

h) atestar os serviços prestados;

i) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

j) acompanhar o objeto contratual, registrando mediante termo circunstanciado de ocorrência caso ocorra alguma;

l) manter controle dos pagamentos efetuados pela concessionária a fim de resguardar que o valor da concessão seja recolhido mensalmente para os cofres da concedente;

m) emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados).

n) comunicar formalmente e com antecedência o seu afastamento das atividades de fiscalização para que assuma o substituto;

o) solicitar, em tempo hábil, com a concordância da unidade solicitante, os aditamentos do contrato, caso seja de interesse das partes;

p) receber e dar o encaminhamento devido às dúvidas ou questionamentos formulados por qualquer interessado;

q) confeccionar relatórios circunstanciados de acompanhamento de execução da prestação ou dos serviços concedidos, ou de entrega de produtos;

r) apresentar, quando solicitado, especialmente pela concedente, relatórios circunstanciados de acompanhamento de execução da concessão, ou da exploração concedida;

5.3. Cabendo ao fiscal acompanhar os prazos do contrato, informando aos interessados e providenciando, em tempo hábil, a solicitação de aditamentos e alterações à Supervisão de Acompanhamento de Contratos;

5.4. O fiscal, a fim de se resguardar, deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

a) A CONCESSIONÁRIA pagará mensalmente, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, a título de preço público, na forma da legislação vigente, o valor correspondente à concessão, referente à utilização da dependência do imóvel respectivo, cujo pagamento só será confirmado mediante a apresentação dos comprovantes de regularidade com os encargos sociais previstos, em especial, dos empregados;

b) O pagamento será efetuado, exclusivamente, por meio de Documento de Arrecadação DAR- Modelo 1 - O DAR é gerado através do link “Documento de Arrecadação Própria” no endereço <http://www.sefaz.mt.gov.br/arrecadacao/darlivre/menudarlivre?outrosOrgaos=true#>, selecionando a opção da especificação de receita: 6304 – TAXAS DE ALUGUEL - UNEMAT; Sub-receita 132014 – Receita de Aluguel Cantina Campus Cáceres.

c) O Valor mensal estimado é de no mínimo R\$ 1.910,28 (hum mil, novecentos e dez reais e vinte oito centavos), correspondendo ao valor total de R\$ 22.923,36 (vinte e

dois mil, novecentos e vinte três reais e trinta seis centavos), devendo ainda declarar que o valor que se dispõe a pagar já está livre da incidência de quaisquer eventuais taxas, custos, tributos ou despesas de qualquer tipo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar o comprovante de quitação mensal, acompanhado das certidões de regularidade de situação para com o FGTS e INSS e Impostos Federais, Estaduais e Municipais a concedente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após expirada a data limite do recolhimento, sob pena de aplicação de sanções previstas no presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. O valor mencionado na cláusula anterior será reajustado, anualmente, de acordo com a variação do IGP/M-1 (Índice Geral de Preços do Mercado, mês anterior), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, contados a partir da data limite para a apresentação da proposta.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E RECISÃO

8.1. O contrato poderá ser rescindido, a critério da Administração, conforme dispõe os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto concedido, atraso de execução ou qualquer outra inadimplência Contratual, a concessionária ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades, garantida prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa percentual sobre o valor do contrato, no molde previsto no ato convocatório;
- c) Suspensão no direito de licitar e contratar com a Administração Pública;

9.2. Ter declarada a inidoneidade para participar de licitação ou contratar, no âmbito do complexo administrativo do Estado de Mato Grosso.

9.3. A sanção prevista no item anterior, é facultado o prazo de defesa de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

9.4. Incorrerá nas penas da alínea C do item 9.1, c, supramencionada a concessionária que ao participar de licitação ou em ser parte do contrato, apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

9.5. Se a concessionária recusar-se a assinar o contrato, ou a receber o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação, será ela considerada inadimplente sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, motivando, com isso, o seu cancelamento;

9.6. As penalidades estabelecidas na alínea “a” e “c” do item 9.1. e o item 9.3., poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea b do item 9.1., podendo o interessado postular defesa prévia do mesmo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. As sanções serão aplicadas pelo assessor de licitações da concedente;

9.7. Por atraso injustificado:

a) Incidirá sobre o valor do objeto concedido a multa de 01 (um por cento) ao dia, até o décimo quinto dia de atraso, se a concessionária, sem justo motivo, deixar de cumprir a obrigação assumida;

b) Se decorrido mais de 15 dias de atraso no cumprimento das obrigações,

caracterizar-se-á a inexecução das obrigações, com motivo para rescisão do contrato, além das sanções previstas no item anterior.

9.8. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato por infração a cláusula contratual que não gere inexecução do contrato;

9.9. A declaração de inidoneidade ocorrerá quando a concessionária, sem motivo justo, não cumprir as obrigações assumidas, praticando, a juízo da administração, falta grave;

9.10. As demais sanções previstas e não embutidas no contrato poderão ser aplicados pela administração, desde que sejam corroboradas com a “sanctio juris” da Lei 8.666/93, e alterações;

9.11. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o procedimento disposto na Lei 8.666/93;

9.12. A concessionária estará sujeita à pena de suspensão do direito de licitar com a concedente, sem prejuízo de outras sanções, sendo facultada defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

10.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Primeira – Da Inexecução e Rescisão do Contrato

11.1. O Contrato poderá ser rescindido, a critério da Administração, conforme dispõe os Artigos 77 e 80 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DEVOLUÇÃO DAS INSTALAÇÕES

12.1. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a devolver as instalações, tanto no caso de rescisão contratual como no caso de término do prazo contratual, nas seguintes condições:

a) Devolver limpas e devidamente higienizadas;

b) Devolver o mobiliário e equipamentos nas mesmas condições em que os recebeu, caso os tenha recebido;

c) Apresentar laudo(s) técnico(s) ou nota(s) fiscal (is) de serviços de manutenção preventiva, com no máximo 30 (trinta) dias de emissão, comprovando que efetuou a manutenção em todos os equipamentos de propriedade da Unemat e à disposição da concessionária.

12.2. O não cumprimento do disposto na alínea “a” do item 12.1. acarretará à empresa CONCESSIONÁRIA multa de 10% (dez por cento) do valor do último recolhimento.

12.3. O não cumprimento do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 12.1. acarretará à empresa CONCESSIONÁRIA multa do equivalente a 10% (dez por cento) dos recolhimentos previstos para o exercício, bem como arcará com os custos relativos à reparação do mobiliário e/ou equipamentos postos a sua disposição, de acordo com levantamento elaborado pela fiscalização do CONCEDENTE.

12.4. O prazo máximo para recolhimento das multas previstas acima será de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS

13.1. As despesas decorrentes dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais inerentes à prestação dos serviços correrão por conta da CONCESSIONÁRIA, ficando esta, ainda, responsável pela correta aplicação da legislação atinente à segurança higiene e medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

14.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, assim como a resolução da ANVISA - RDC – 216, aplicando- lhes supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro de Cáceres-MT, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor.

Cáceres/MT, ____ de _____ de 201X.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
Concedente

Concessionária

Testemunhas:

Nome: _____

RG: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

RG: _____

Assinatura: _____

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este volume do Edital de Concorrência Pública n.º: **004/2015 - UNEMAT** possui 37 (trinta e sete) folhas numeradas e ordenadas.

Cáceres (MT), 11 de junho de 2015.

Samuel Longo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação